

O BRASIL FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DESTE SÉCULO

Alaor Chaves

Este século tem caráter único

A Idade Moderna (IM), que nasceu com a Renascença e a Revolução Científica, tem sido um processo de incessantes transformações. Tudo teve origem na Europa, mas, segundo muitos pensadores, sua principal consequência foi a globalização, por isso o mundo inteiro vive a IM. Um conjunto de mudanças da IM culminou neste século, em concerto, gerando para o mundo desafios muito maiores do que os enfrentados no passado. Os desafios têm escala global, e seu enfrentamento requer a criação de instituições com autoridade global, mas os vários países insistem na absurda ideia de nações soberanas todas elas imbuídas de um forte nacionalismo. Como apontou Benedict Anderson [1], a nação é uma comunidade imaginada, sem relação com a natureza humana, mas a partir da Revolução Francesa os filhos de todos os países passaram a ser educados de maneira a considerar o nacionalismo uma das virtudes capitais.

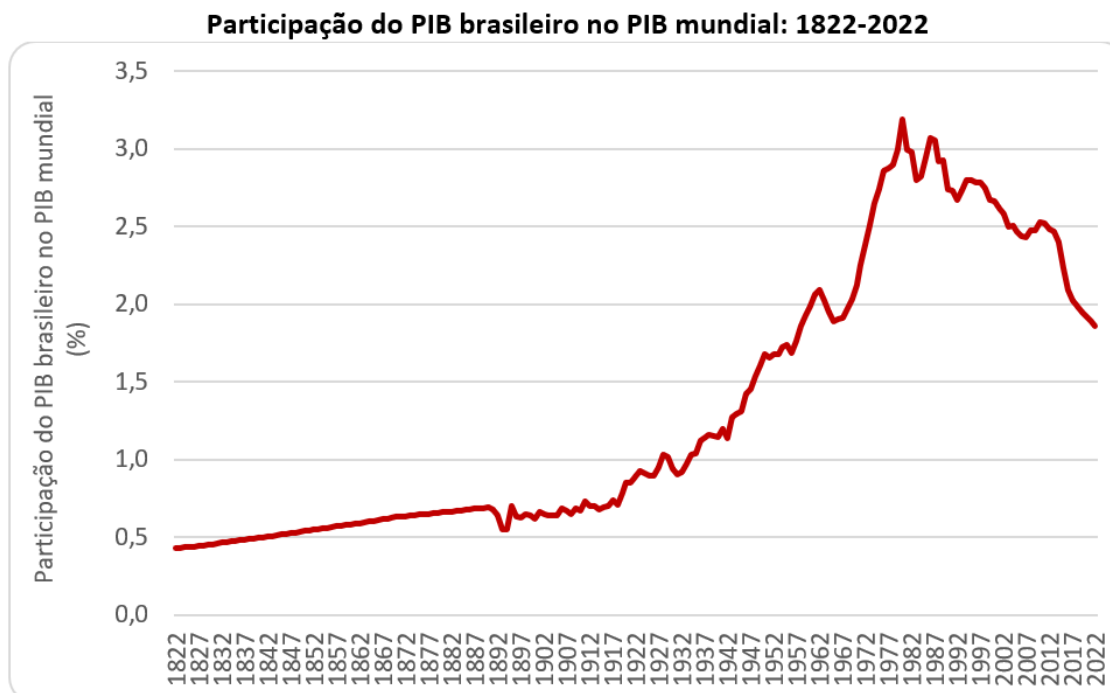
Pela ação humana desmedida sobre o ambiente, vivemos a Sexta Extinção, e as espécies estão sendo extintas com velocidade cada vez maior. O uso de combustíveis fósseis para suprir a demanda crescente de energia do mundo moderno gerou mudanças climáticas que ameaçam todas as espécies vivas, inclusive a humana. As mudanças climáticas são o maior problema que a humanidade já enfrentou, e sua solução requer a transição energética, em que os combustíveis fósseis sejam substituídos por fontes limpas de energia.

Neste artigo, discutiremos os desafios e perspectivas do Brasil no enfrentamento dos problemas globais. Além deles, temos outros, resultantes de nossa história. Mas temos também importantes vantagens comparativas. Temos a maior biodiversidade do mundo, e também, dentre os países de maior porte, as melhores condições naturais para realizar a transição energética. Mas para explorar essas vantagens comparativas, temos de fazer reformas diversas, investir muito em educação e realizar pesquisas para criarmos uma economia mais competitiva.

Por longo tempo, fomos o país do futuro

A economia mundial teve enorme crescimento nos últimos dois séculos, e o Brasil saiu-se bem nesse cenário. De 1822 a 2022, estima-se que a população brasileira multiplicou-se por cerca de 50 e nosso PIB, por cerca de 700 [2]. Até 1977, a economia brasileira teve crescimento maior do que a média mundial. Isso pode ser visto na figura 1, que mostra a participação do PIB brasileiro no PIB mundial. Em 1977, contribuimos com 3,2% para o PIB mundial, mas desde então passamos a crescer menos do que a média ponderada dos outros países, e hoje respondemos por apenas

1,8% do PIB mundial. Esse declínio agravou-se após 2010 e um grande desafio atual é reverter esse processo.



Fonte: Angus Maddison Project (1822 a 2008): <http://www.ggdc.net/maddison/maddison-project/home.htm>
Fundo Monetário Internacional (2009 a 2022), WEO abril 2018: <http://www.imf.org/external/>

Figura 1. Crédito da figura: ecodebate.com.br.

Como entender nosso alto crescimento até o Milagre Brasileiro (1967-1975) e o baixo crescimento recente? Grande parte da elevação passada de nossa contribuição para o PIB mundial decorre de nossa população ter crescido muito mais do que a do mundo. De 1822 a 2021 nossa população multiplicou-se por 50, enquanto a população mundial multiplicou-se por 7. Atualmente, a população brasileira cresce menos do que a mundial. Em 2020, a nossa taxa de fecundidade foi de apenas 1,65 por mulher, enquanto na média do mundo essa taxa foi de 2,30. Esse valor elevado resulta da enorme fecundidade observada na África.

Mas a partir do primeiro governo Vargas, nosso PIB cresceu bem mais do que nossa população, e com isso o PIB per capita cresceu muito significativamente. O governo Vargas teve características que persistem até hoje. Vargas era um admirador de Benito Mussolini, principalmente do seu corporativismo, instituído na Carta do Trabalho (*Carta del Lavoro*) de 1927, que regulou todas as relações de trabalho nos setores privado e público. Como determinava a Carta, os sindicatos passaram a ser controlados pelo Estado, que também controlava as associações patronais. Nesse arranjo, todos os sindicatos e associações profissionais e patronais deveriam trabalhar pelo fortalecimento da nação fascista.

Getúlio tomou o poder em novembro de 1930, dissolveu o Congresso e governou por decretos até 1934 (Governo Provisório). Já em dezembro de 1930, criou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Getúlio criou também, em 1933, o Conselho Nacional de Engenharia e Arquitetura (CONFEA), posteriormente transformado em Conselho Nacional de Engenharia e Agronomia, e, em 1945, o Conselho Nacional de Medicina (CFM). Pela Lei da Unicidade, para cada classe profissional só havia um

sindicato reconhecido pelo governo, e o selecionado tinha que atuar em defesa do governo; em troca, recebia benesses. Os líderes sindicais vinculados ao governo eram depreciativamente chamados pelegos.

Após forte pressão política, Getúlio formou, em 1933, uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC). A ANC tinha 254 deputados; 214 escolhidos pelos estados e 40 escolhidos por representantes profissionais (18 por sindicatos reconhecidos pelo governo, 17 por associações de empregadores também tuteladas pelo governo e 5 por profissionais liberais). A ANC refletia o corporativismo, criado no Brasil por Getúlio e muito forte até hoje. Em 1937, Getúlio deu um golpe de estado e criou o Estado Novo (1937-1945), o mais autoritário da nossa história republicana. Dissolveu o Congresso e impôs ao país uma constituição que proibia a criação de partidos políticos e lhe dava poderes para nomear os governadores dos estados.

Na economia, a prioridade de Getúlio foi a industrialização. A concentração de poderes nas mãos do ditador possibilitava ao Estado concentrar recursos suficientes para iniciar um processo desenvolvimentista baseado em empresas estatais, Criou a Cia Siderúrgica Nacional, a Cia Vale do Rio Doce, a Cia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, a Cia Nacional de Álcalis, a Fábrica Nacional de Motores. Reequipou nossa rede ferroviária, ampliou nossa navegação por cabotagem e duplicou nossa rede rodoviária. Criou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Carteira de Trabalho e os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPB, IAPC, IPASE e outros IAPs).

Getúlio enfraqueceu o sistema federativo, proibindo até mesmo os símbolos que representavam os estados, como as bandeiras. Aboliu os impostos interestaduais, que dificultavam muito o desenvolvimento econômico. O enfraquecimento do sistema federativo levou a uma forte identidade nacional. Para isso contribuiu também a melhoria do nosso sistema de transportes.

Os IAPs eram altamente superavitários, pois havia muito poucos aposentados e o número de novos afiliados crescia rapidamente. Tanto Getúlio, quanto os presidentes seguintes até Juscelino Kubitschek usaram os saldos dos IAPs para investimento em obras públicas e empresas estatais.

O crescimento econômico até 1960, principalmente o crescimento industrial, foi muito alto. O crescimento industrial durante o Estado Novo foi de 11% por ano, e no governo de Juscelino (1956-1960) o crescimento econômico foi de 7,8% por ano. No segundo governo de Getúlio (1951-1954), ele criou o BNDES, a Petrobras e a Eletrobras.

Uma política adotada por Getúlio, e continuada desde então, foi a ênfase no mercado interno. A palavra de ordem dos governos, de Getúlio até hoje, tem sido 'substituição das importações', com o propósito de reduzir nossa dependência de produtos industriais importados. A redução de importações e o crescimento de nossa indústria deram-se por meio de tarifas de importação muito elevadas (e por longo tempo também pelo controle do câmbio). As barreiras alfandegárias deram proteção a um sistema industrial muito pouco inovador, incapaz de competir no mercado internacional. O governo de Juscelino iniciou a criação de uma indústria automobilística inteiramente baseada em empresas multinacionais que se instalaram no Brasil atraídas por generosos benefícios fiscais e fortes barreiras alfandegárias. O Brasil condenou-se, conscientemente, ao papel de exportador de commodities. Fomos bem sucedidos na produção de commodities, mas isso não foi suficiente, nem nunca será, para nosso desenvolvimento econômico e social pleno.

Durante o Milagre Brasileiro (1967-1975) o país cresceu com a extraordinária taxa média anual de 11,1%. Esse crescimento decorreu em grande parte da criação de novas empresas estatais financiadas por empréstimos tomados no exterior e forte arrocho salarial, que amentou a poupança interna por compressão do consumo. A desigualdade social, sempre muito alta no Brasil, elevou-se ainda mais. A onda de crescimento esgotou-se, em grande parte, pela elevada dívida externa e os gastos com sua amortização. O resultado foi a 'década perdida' dos anos 1980.

A política econômica brasileira permaneceu varguista, mesmo em governos com ideologias opostas à de Vargas. Em 1985, veio a nova democracia, mas esta, até hoje, continua varguista.

Criamos boa capacitação em C&T, mas a inserimos pouco na economia

Em 1968, fizemos uma reforma universitária inspirada no modelo departamental estadunidense, e criamos uma pós-graduação também inspirada na norte-americana. O sistema antigo era baseado em cátedras – o catedrático escolhia pessoalmente seus assistentes – e em faculdades. Havia pouca pesquisa nas universidades e ela estava limitada a poucas unidades no eixo Rio-São Paulo. Havia no Brasil menos de mil pessoas com o título de doutor, muitos deles jovens docentes formados nos EUA e Europa. Instalou-se no país um amplo sistema de pós-graduação formal, com mestrado e doutorado. Inicialmente, grande parte dos mestres formados foi enviada para o exterior para fazer doutorado.

Para motivar os pesquisadores universitários e favorecê-los na disputa de poder dentro das universidades, em 1975 o CNPq criou as Bolsas de Pesquisa (BPq), hoje Bolsas de Produtividade na Pesquisa, cujos valores correspondiam na época a 20-30% dos vencimentos brutos nas universidades. As BPq foram muito importantes para que os docentes optassem pelo regime de dedicação exclusiva e se dedicassem à pesquisa. O CNPq criou também um sistema de *grants* similar ao da *National Science Foundation* dos EUA. Esses *grants* não eram suficientes para a instalação de infraestrutura de pesquisa nas universidades, e para isso a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) passou a apoiar projetos departamentais com recursos suficientes para a instalação de oficinas, sistemas de criogenia, biotérios e bibliotecas e até mesmo para suplementação de salários.

O sistema de pós-graduação brasileiro foi muito bem sucedido. Hoje formamos mais de 60 mil mestres e 20 mil doutores por ano, em todas as áreas do conhecimento. Mas há uma grave falha no projeto. Sem ter de se expor à competição internacional, nossas indústrias pouco evoluíram tecnicamente e permanecem muito pouco inovadoras, com raras exceções. Não criaram laboratórios de pesquisa e contratam pouquíssimos pesquisadores com doutorado.

Mesmo com essa fragilidade na pesquisa empresarial, nossos pesquisadores deram grandes contribuições ao nosso avanço. Para conviver com a hiperinflação do período 1975-1994, nosso sistema bancário criou um dos melhores sistemas de informatização do mundo. Com a capacitação formada para a informatização do sistema bancário, o governo criou o nosso sistema de voto eletrônico, muito confiável, e ágil, admirado em todo o mundo. Na área agrícola, a partir de 1973 o Brasil vem desenvolvendo uma agricultura adaptada aos nossos solos e aos nossos climas. Somos os criadores da agricultura tropical moderna e nossas técnicas avançam muito rapidamente. Somos o quarto produtor de grãos do mundo (após China, EUA e Índia)

e nossa produção cresce mais do que a desses líderes, exceto a da China, onde o governo investe montanhas de dinheiro no setor.

Com o Proálcool, programa criado em 1975 com fortes incentivos do governo, que há muito tempo foram retirados, somos hoje o segundo maior produtor de álcool combustível do mundo, abaixo dos EUA. Mas enquanto o álcool de milho norte-americano produz 1,3-1,6 vezes a energia que consome na sua produção, nosso álcool de cana produz 8,3-10,2 a energia consumida. O Brasil só não produz mais álcool porque o uso da cana para produção de açúcar, produto do qual somos o segundo maior produtor mundial – fomos superados pela Índia no ano passado –, é muito mais lucrativo. Nossas exportações de açúcar renderam US\$11 bilhões em 2022 e o mercado interno consome cerca de um terço da nossa produção.

Com os investimentos da Petrobras, somos hoje os líderes mundiais em tecnologia de exploração e produção de petróleo em águas profundas. A Embraer, criada pelo governo e hoje empresa privada, é altamente competitiva na indústria aeronáutica. Produz os melhores aviões de passageiros de porte médio do mundo. Mas o país não tem ainda uma indústria significativa de insumos para a produção de aeronaves.

Mas, no seu conjunto, nossa indústria está muito frágil. Só por meio de uma maior abertura para o comércio internacional de produtos manufaturados – que tem de ser gradual para não gerar uma grande crise no setor – o Brasil poderá reverter o processo de desindustrialização pelo qual estamos passando neste século.

As falhas do no nosso sistema educacional

Nosso sistema educacional, em todos os níveis, tem falhas muito graves. O ensino básico é muito livresco, baseado em aulas expositivas; é excludente, pois as crianças pobres recebem péssima educação, quando recebem alguma. De nossa população com mais de 15 anos, 7% são analfabetos e 27% são analfabetos funcionais, incapazes de entender um breve texto de jornal. Nossas grades curriculares são muito rígidas. O número de disciplinas obrigatórias é absurdamente alto, inteiramente dispare do praticado no resto do mundo.

No ensino superior, além das falhas do ensino básico, temos outras. O ensino é muito verticalizado: ao ingressar na universidade, o aluno é obrigado a optar por uma dada carreira, para a qual recebe educação muito precocemente especializada. Não há flexibilidade para que o aluno seja protagonista da própria educação, nem para que os alunos excepcionais queimem etapas da sua educação. As grades curriculares e os projetos pedagógicos são os mesmos para todas as universidades, do que resulta muito pouca diversidade na formação recebida pelos alunos. Os critérios de aceitação de alunos na pós-graduação desencorajam que alunos mudem de área.

Em 2007 houve a Reuni (Reforma e Expansão das Universidades Federais), que foi amplamente discutida desde 2004. Os eixos da reforma, previamente anunciados, eram:

- Reestruturação Acadêmico-Curricular
- Renovação pedagógica da educação superior
- Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento dos cursos de graduação
- Comprometimento social da instituição

- Mobilidade intra e interinstitucional.

As discussões revelaram o forte corporativismo que engessa nosso sistema universitário. Os sindicatos de docentes só defenderam os interesses da classe. A Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) atuou como um mero sindicato, sem qualquer abertura para reformas sanadoras dos males das universidades. Excesso de aulas? Isso é ótimo, pois justifica a contratação de mais professores! Os estudantes foram a classe universitária menos reacionária, mas se opunham ao jubileamento de colegas com excesso de reprovações nos cursos. As corporações de classes, que têm muita influência nas universidades brasileiras, defenderam os cursos verticais e especializados. O governo cedeu às pressões e realizou uma grande expansão no sistema de universidades federais sem sanar os males do sistema.

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) nomeou uma comissão de acadêmicos para escrever um documento propositivo sobre a reforma [3]. Tarso Genro, na época ministro da educação, pediu que a ABC promovesse uma reunião dele com os membros da comissão. Na reunião, teceu fortes elogios ao documento. Declarou que aquela era a reforma dos seus sonhos, mas a considerava politicamente inviável porque muitos movimentos universitários organizados e poderosos opunham-se às ideias que a ABC propunha.

Combate à pobreza

O Brasil é o nono país mais desigual do mundo e o mais desigual da América Latina e Caribe [4]. Uma comparação do índice de desigualdade de Gini entre alguns países da América Latina é útil para reflexão e ações proativas: Brasil 53,4; Colômbia 51,3; México, Equador e Paraguai 45,7; Chile 44,4; Argentina 43,9; Bolívia 41,6; Peru 41,5; Uruguai 39,7 [4]. Esses são valores de 2019, e desde então a desigualdade aumentou em toda a América Latina e Caribe.

Um quarto da população brasileira vive na pobreza (39 milhões) ou extrema pobreza (13 milhões). Como no resto do mundo, os pobres brasileiros são predominantemente rurais, jovens e pouco escolarizados. Temos, somado a isso, uma estratificação da pobreza: nossos pobres são predominantemente pretos ou pardos.

Há um fato especialmente desafiador sobre a desigualdade. Desde meados dos anos 1980, quando surgiu a onda de novas empresas baseadas na inovação, o coeficiente de Gini elevou-se na maioria dos países e em praticamente todos os países altamente inovadores. Ocorre que a inovação aumenta muito a riqueza dos países, mas os indivíduos mais preparados para a inovação recebem uma fatia desproporcionalmente alta do aumento da riqueza. No passado, as fortunas bilionárias eram herdadas, hoje elas são majoritariamente construídas pelos grandes inovadores, ou mesmo pelos seus funcionários especialmente talentosos. Uma consulta à lista de bilionários da Forbes mostra claramente esse fenômeno.

No cenário atual, de um mundo cada vez mais inovador, a ação forte do Estado é indispensável para a mitigação da desigualdade. Até o mesmo Elon Musk, inovador genial, mas desprovido de sensibilidade social, admitiu no mês passado que o novo mundo requer uma renda mínima garantida à população pelo Estado. Oferecer educação de boa qualidade para todos aumenta enormemente a prosperidade de qualquer país, e com isso seu governo terá maior receita tarifária para melhorar ainda

mais a educação de seu povo e garantir-lhe bons serviços de saúde. Mas isso não será suficiente para frear o aumento da desigualdade. A renda mínima provida pelo estado será indispensável para assegurar a todos um padrão de vida compatível com o nível de riqueza do país.

Os países que falharem em educar bem seu povo ficarão condenados à pobreza e à irrelevância no cenário global, quase à condição de colônia técnica.

A situação fiscal do Brasil

A situação fiscal do Brasil, que já era muito grave, piorou muito com a PEC da eleição, feita para tentar reeleger o Presidente Bolsonaro. Lula acabou vencendo a eleição, e com isso assegurando a democracia no Brasil. Mas o governo petista tem pela frente dois grandes desafios: mitigar a crise de pobreza do país, que tem um quarto da população abaixo da linha de pobreza; sanar a grave crise fiscal do país, essencial para retomarmos o crescimento. O PT tem um ótimo histórico no combate à pobreza. Ela foi consideravelmente reduzida durante seu governo (2003-2016), graças a programas de transferência de renda como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, e a aumentos anuais reais do salário mínimo. Houve também aumento de investimentos em educação e saúde. Citando literalmente a revista Exame [5]: “Entre 2003 e 2016, os gastos do governo cresceram a uma taxa média anual de 6% acima da inflação. Na maior parte do período, a arrecadação acompanhou esse crescimento, e o governo manteve superávit fiscal em média de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB).”

O aumento da arrecadação deu-se principalmente pela elevação dos tributos, mas isso não é mais possível, pois o governo já gasta 34% do PIB, fração muito acima da de todos os países com nosso nível de renda. Desde 2014, o Brasil tem déficit primário nas contas públicas, e a dívida pública tem crescido rapidamente, ainda mais porque o rolamento da dívida consome grande fração do PIB. Uma situação dessas fatalmente afasta os investidores, o que causa pouco crescimento ou até mesmo recessão.

O governo Lula tem de por em ordem as contas públicas. Mas seus primeiros pronunciamentos preocuparam o mercado, e é indispensável que o governo ganhe a sua confiança. Nesse ponto, Lula diverge de seus ministros da área econômica, dentre eles o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Como nos desfiles de carnaval, o governo Lula divide-se em alas. Temos a ala política, que cuida da popularidade do governo, e a ala econômica, que cuida da árdua tarefa de fazer os investimentos sociais prometidos na campanha sem provocar um enorme rombo fiscal. Lula questiona a autonomia do Banco Central e essa é hoje um verdadeiro dogma no mundo democrático desenvolvido. Estudo da OCDE, em 2015, mostrou que o nível de inflação de 13 países membros no período 1961-1990 cai linearmente com o índice de independência do seu Banco Central. Em Portugal, onde o referido índice é 3, a inflação média foi 13,9%; na Alemanha, onde o índice é 13, ela foi 3,6%.

Na América do Sul, vemos demonstrações claras do efeito da independência do BC em vários aspectos da vida dos respectivos países. Na Argentina, a autonomia do BC é fictícia, e o governo financia seus déficits fiscais emitindo dinheiro. O resultado tem sido hiperinflação, aumento da pobreza, estagnação econômica e incapacidade do governo de honrar suas dívidas externas. No campo econômico, o

Uruguai é o inverso da Argentina. Seu Banco Central é muito autônomo, sua inflação é baixa seu nível de desigualdade é o menor da América do Sul.

Comparações entre os desempenhos econômicos do Brasil, Peru e Chile são muito instrutivas. Há três décadas, o Peru vive sucessivas crises políticas graves. Não bastasse isso, o país é tumultuado por movimentos guerrilheiros, principalmente os do Sendero Luminoso. Entretanto, o desempenho econômico do Peru neste século é muito melhor do que o brasileiro. Em 2001, sua renda per capita (PPP) era US\$ 5.176, e em 2022 foi US\$ 15.273. Houve um aumento de 195%! Sua inflação média foi menor do que a brasileira e nesses 21 anos sua dívida pública caiu de 43,8% para 34,8% do PIB. No Brasil, de 2001 a 2022 a renda per capita (PPP) subiu de US\$ 9.307 para US\$ 17.684 (aumento de 90,0%) e a dívida pública subiu de 70,1% para 88,2% do PIB. No Chile, a inflação neste século foi em média muito baixa. A renda per capita (PPP) saltou de US\$ 11.635 em 2001 para US\$ 28.889 em 2022, um aumento de 148%. Sua dívida aumentou de 14,4% para 36,6% do PIB, mas ainda é baixa.

O Peru e o Chile diferem do Brasil em dois pontos importantes. Seus bancos centrais são muito autônomos e suas economias são muito abertas para o comércio externo. Sobre o BC do Peru, destacamos o seguinte [6] :

Presidente: Julio Verlarde, designado em 2006 pelo Presidente Alan Garcia e mantido até hoje, com mandato até 2026.

- Melhor Banqueiro Central - Revista The Banker, 2022
- Banqueiro Central das Américas de 2020 - Revista The Banker
- Melhor Banqueiro Central da América Latina - Revista LatinFinance, 2016
- Banqueiro Central de 2015 - Revista The Banker
- Melhor Banqueiro Central - Revista Global Markets, 2015
- Melhor Banqueiro Central - Revista Latin Finance, 2015
- Melhor Banqueiro Central - Global Finance, 2015.

Para realizar seu extraordinário trabalho, o BC conta com um quadro de muitos funcionários com o grau de doutor.

Benefícios fiscais concedidos pela União

Benefícios fiscais são importante instrumento de política econômica. Por meio deles os governos podem promover o desenvolvimento regional ou o desenvolvimento de setores eleitos como mais importantes. Pode também influenciar no custo ao consumidor de dados produtos. Mas é importante eleger com inteligência esses benefícios e monitorar continuamente as suas relações custo/benefício. Os programas de desenvolvimento regionais são muito mais efetivos quando exploram as vantagens naturais comparativas das referidas regiões.

A figura 2 mostra a evolução dos benefícios fiscais concedidos pela União de 2003 a 2020. Vê-se que eles representam fração elevada do PIB, principalmente no governo Dilma. O benefício fiscal mais oneroso é o Simples Nacional, que reduz a carga tributária e simplifica seu pagamento para microempresas e empresas de médio porte. O Simples justifica-se porque as micro e pequenas empresas são as que mais geram empregos. O custo anual para a União do Simples em 2022 foi de R\$ 81,8

bilhões. Abaixo dele vem o custo dos benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus (ZFM) e quatro áreas de livre comércio de produtos oriundos dela, em cidades fronteiriças. Seu custo para a União em 2022 foi de R\$ 45,6 bilhões. A ZFM é, há muito tempo, altamente questionada. Seu objetivo de criar um polo de alta tecnologia na Amazônia, não foi nem nunca será cumprido. Não se desenvolve tecnologia na ZFM e isso não ocorrerá. As empresas que se estabeleceram na ZFM já deveriam ter se tornado competitivas sem subsídios, mas isso não ocorreu.

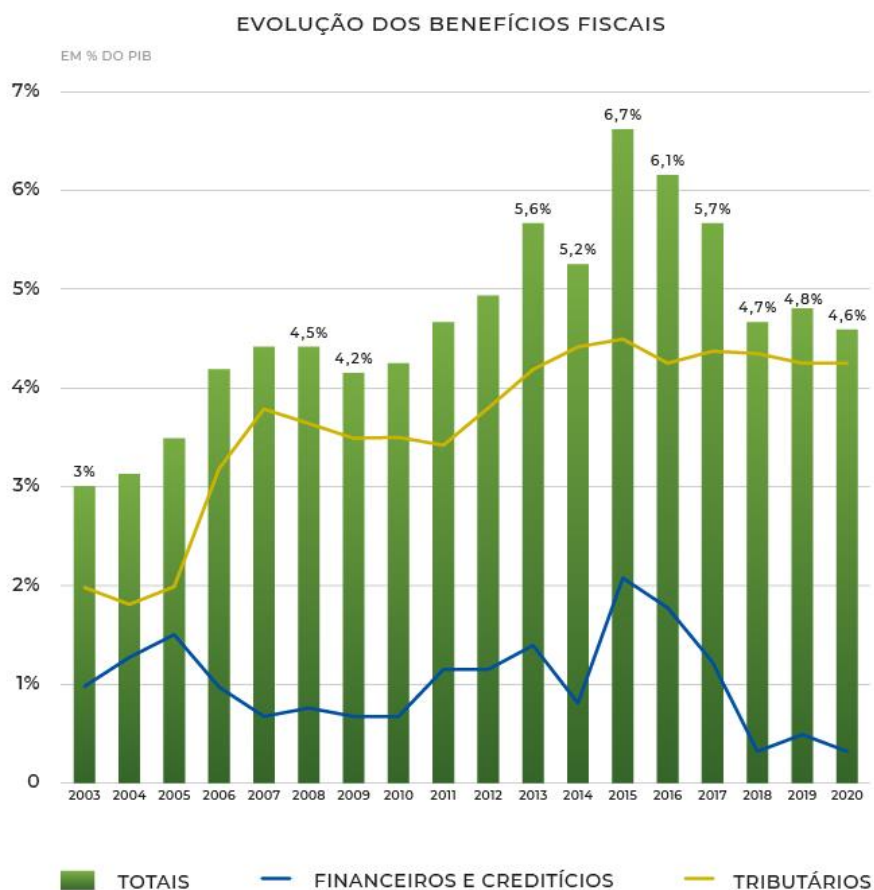


Figura 2. Evolução do custo dos benefícios fiscais concedidos pela União, expressos com fração do PIB. Fonte: Tribunal de Contas da União.

A ZFM desatende também a um dos princípios de programas de desenvolvimento regional, pois ela não explora as vantagens naturais comparativas da região amazônica. A Amazônia tem uma enorme vantagem comparativa, a sua biodiversidade. Programas de desenvolvimento regional da Amazônia deveriam, portanto, ser fundados na bioeconomia. Exploração econômica dos frutos nativos da Amazônia, do cacau, que se adaptou muito bem à região, e da seringueira, que poderia ser cultivada em parte da área desmatada, seria muito rentável. O Pará é hoje o maior produtor de cacau do Brasil. Essa produção poderia ser muito ampliada, com forte participação da agricultura familiar estimulada por subsídios – em quase todo o mundo, agricultura familiar é fortemente subsidiada. O cultivo do cacau protege a floresta, pois o cacaueteiro só se desenvolve bem à sombra de árvores maiores. As amêndoas (sementes) do cupuaçu, fruto do cupuaçuzeiro, árvore florestal nativa na

Amazônia, produzem um chocolate (o cupulate) com gosto semelhante ao das amêndoas do cacau. A Amazônia poderia transformar-se em enorme produtor de chocolate e cupulate. O doce final deveria ser industrializado na própria Amazônia, pois seu valor é dezenas de vezes maior do que o das amêndoas de cacau que o Brasil exporta. O açaí é cada vez mais consumido no Brasil e no mundo. A exportação da poupa do açaí já rende US\$ 2,5 bilhões anuais. Também nesse caso, deveríamos exportar produtos do açaí já industrializados, e divulgá-los amplamente para aumentar o consumo. Carlos Nobre aponta isso há longo tempo.

Na muito biodiversa flora amazônica, há uma quantidade enorme, embora ignorada, de substâncias com potencial de uso na medicina e em outras áreas. A empresa Natura já está explorando, com muito sucesso, plantas da Amazônia para a fabricação de produtos e beleza.

Parte das áreas desmatadas na Amazônia deveria ser usada para a produção de madeiras nobres e de papel (não de celulose!) para consumo interno e exportação. O eucalipto, ótima fonte de celulose, cresce com velocidade singular na Amazônia, e monoculturas dessa árvore não têm efeito negativo conhecido na floresta natural vizinha.

Em resumo, a vocação econômica da Amazônia é o uso da sua floresta, preservada e mantida em pé. A derrubada e queima da floresta responde, segundo Paulo Artaxo, por 55% das nossas emissões de carbono. Lula anunciou a intenção de zerar o desmatamento até 2030. Isso é muito importante, mas não suficiente. É necessário recuperar parte do já desmatado, por regeneração e por replantio.

O esforço do Brasil na área ambiental – preservação e recuperação da Amazônia, mais a aceleração da transição energética, discutida mais adiante – tem de ser combinado a um trabalho intenso no cenário mundial para ser compensado por auxílios, como o Fundo Amazônia, e por créditos de carbono. As contribuições de países estrangeiros para o Fundo Amazônia estão, por enquanto, restritas à Noruega, que responde por 93.3% do Fundo, e Alemanha. Em princípio, o Brasil deveria estar recebendo US\$10 bilhões anuais em créditos de carbono. Cadê esse dinheiro?

Reforma tributária

A reforma tributária, que o governo está estudando e promete enviar ao Congresso neste semestre, é de enorme importância. Os impostos no Brasil são muito regressivos; os impostos de consumo são elevadíssimos, o que é muito injusto, pois são igualmente pagos pelo pobre e pelo abastado. O ICMS (estadual) e o ISS (municipal) geram a guerra fiscal, a chamada corrida ao fundo do taxófono, para atrair investimentos. Nessa guerra, todos os estados e municípios acabam perdendo muito. As empresas ganham com ela, mas sua eficiência cai porque elas não vão para os locais mais recomendados pela lógica econômica.

Nosso sistema tributário parece obra de manicômio, como tem sido apontado. Há quase uma centena de impostos, taxas e contribuições que variam de um local para outro e mudam constantemente. Porque o sistema é muito complexo, o governo não consegue fiscalizar bem o pagamento dos tributos. As empresas gastam enormes quantias para cuidar dos seus tributos – para pagá-los corretamente ou sonégá-los impunemente. A complexidade do sistema tributário leva também a enorme número de questionamentos na Justiça. A dívida ativa da união soma R\$ 2,4 trilhões, quase metade da dívida pública, e grande parte dela é questionada na Justiça, onde os

bilionários e as grandes empresas conseguem evitar *ad aeternum* uma sentença final. Uma isenção tributária é especialmente injusta: não há imposto de renda sobre dividendos distribuídos aos sócios de empresas.

Gastos do governo

Os gastos do governo são muito grandes comparados ao que ele entrega à nação. Parte enorme desses gastos são juros da dívida federal, que somaram mais de R\$ 780 bilhões em 2022. Uma parte desses gastos é correção monetária, mas hoje mais da metade deles é juro real, que gera aumento real da dívida. É urgente baixar os juros reais, mas sem um arcabouço fiscal crível, que segure o aumento da dívida pública em prazo aceitável, essa redução pode ter consequências graves, como aconteceu no governo Dilma. As despesas obrigatórias deverão consumir 93,7% dos gastos do governo federal em 2023, valor estimado se nenhuma iniciativa for tomada. Só restarão 6.3% da receita para investimentos e outras despesas discricionárias, como parte do investimento em saúde e educação. E não é fácil mudar essa realidade. Os benefícios previdenciários somaram R\$ 710,4 bilhões em 2022 e a reforma da previdência só irá gerar resultados relevantes no médio prazo. Tardamos muito em fazer a reforma tributária e, injustificadamente, deixamos os militares fora dela.

O 'orçamento secreto' só ficou menos secreto. O orçamento de 2023 prevê R\$ 19,4 bilhões para emendas de relator. Esse dinheiro é muito pouco fiscalizado e sua destinação não é orientada por critérios técnicos. No fundo, é dinheiro para assegurar a reeleição de parlamentares.

Temos o Judiciário mais caro do mundo, quando computado como fração do PIB. Em 2021, o governo brasileiro gastou 1,2% do PIB com o sistema judiciário. Em 2018, os governos dos países europeus despenderam, em média, 0,33% do PIB com esse sistema [7]. Parte dos nossos altos gastos vem dos supersalários pagos a funcionários do Poder Judiciário. Cerca de 70% dos nossos juízes têm vencimentos acima do teto constitucional, pois seus salários são acrescidos de benefícios diversos, os abomináveis 'penduricalhos'. No Ministério Público, ocorre a mesma imoralidade. Obviamente, superar um teto constitucional é inconstitucional, mas só o STF pode declarar isso, e obviamente ele nunca o fará. Parte elevada dos nossos gastos judiciais vem de uma cultura do litígio, que foi e continua sendo fomentada pelos nossos advogados, os que mais lucram com ela. Somos o país do mundo com maior número de advogados por habitante, e essa classe profissional é extremamente corporativa.

Os supersalários infestam todos os poderes. No setor militar há casos quase inacreditáveis. Mesmos os salários abaixo do teto, são muito elevados no judiciário e no legislativo. Um segurança do congresso tem vencimentos bem acima do de um professor universitário com doutorado. Nosso parlamento é o segundo mais caro do mundo, abaixo do dos EUA. Há no Congresso Nacional 25 mil funcionários. Cabe toda essa gente naquele espaço físico?

O Brasil não tem excesso de funcionários públicos, mas eles custam muito aos governos federal, estaduais e municipais, pois um funcionário público no Brasil recebe em média 67% mais do que outro do mesmo nível no setor privado. E o desempenho médio dos funcionários públicos é prejudicado pela estabilidade no emprego, conferida a todos os que ingressam no serviço público por concurso.

A baixa poupança interna brasileira

O crescimento econômico de um país resulta basicamente de dois fatores, o nível de investimento e o aumento da produtividade das empresas. Esse aumento resulta principalmente de avanços tecnológicos gerados pela pesquisa empresarial e do nível educacional dos trabalhadores envolvidos na produção e administração. O investimento é a soma da poupança interna com o investimento externo no país. A poupança interna pode ser pública ou privada.

A taxa de poupança interna no Brasil é muito baixa. Segundo Carlos Antônio Rocca, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica), a poupança privada brasileira de 2000 a 2021 foi em média 18,9% do PIB, enquanto a poupança pública foi sempre negativa. Essa situação se deteriorou nos últimos anos. De 2014 a 2021, a poupança pública foi em média -4,89% do PIB, o que derrubou a poupança interna total para cerca de 14%.

Para se perceber a pequenez da nossa poupança, é necessário compará-la à de outros países. O Brasil tem a menor taxa de poupança interna da América Latina [7], região conhecida por ter pouca poupança interna. Segundo a OCDE, na média a poupança interna da Europa e da Ásia é 25% e 30%, respectivamente. Por décadas, a China tem mantido poupança interna média de 44%. Nos últimos 70 anos, o Brasil nunca alcançou poupança interna superior a 20%.

Uma causa importante da nossa baixa poupança interna, talvez a mais importante, é nossa pequena abertura para o comércio internacional. Desde Vargas, nossa economia tem sido voltada para o mercado interno, para a substituição de importações por meio de barreiras alfandegárias protetoras da nossa indústria. Esse foi o modelo usado, em graus variados, em toda a América Latina. Os tigres asiáticos usaram outro modelo. A China, desde as grandes reformas iniciadas por Deng Xiaoping, adotou uma política agressiva de exportação e de uso dos enormes superávits comerciais para investimento interno. O Japão já tinha adotado essa política logo depois da Segunda Guerra.

O produto destinado ao mercado interno é quase todo consumido, e gera pouca poupança, enquanto o destinado ao mercado externo é pura poupança. Por isso, superávits no comércio com o exterior são grandes geradores de poupança interna. Outros grandes geradores são o lucro de pessoas e empresas destinado a investimento e superávits nas contas governamentais. No Brasil, os pobres não têm renda nem para sobreviver, as elites poupam pouco porque são esbanjadoras e o governo tem contas deficitárias.

A abertura comercial do Brasil é urgente. Mas ela tem de ser gradual, pois uma abertura abrupta causaria enorme crise em nossas empresas. E tem também de ser combinada a fortes investimentos em CT&I, único meio de nossas empresas ganharem competitividade no cenário global. O Brasil investe 1,2% do PIB em CT&I, e cerca de 60% desse investimento é feito pelo governo. No mundo industrializado, as empresas investem mais que o dobro do governo em pesquisa. Para ficar competitivo em produtos que não sejam commodities, o Brasil precisa investir pelo menos 2% do PIB em pesquisa, e as empresas precisam responder por dois terços do investimento.

Transição energética

Nenhum outro país de porte considerável tem as condições que o Brasil tem de fazer rapidamente a transição energética. Se empenhar-se realmente nesse esforço, o Brasil pode chegar a uma economia de carbono zero até 2040, e nenhum outro país, excetuando talvez Noruega e Suécia, tem possibilidade de realizar isso. O PT tem ótimas chances de permanecer no governo até 2030, ou ainda depois, e nesse tempo a transição pode avançar muito, se o governo fizer o que é necessário.

Para realizarmos rapidamente a transição energética, temos de ter um programa planejado no qual todo o governo esteja empenhado. Benefícios fiscais têm de ser abundantes para promover o programa, e combinados a programas de desenvolvimento regional. Um exemplo muito bem sucedido desse tipo de combinação resultou na instalação do parque de produção de eletricidade limpa no Nordeste, principalmente eletricidade eólica. Cerca de 90% da eletricidade eólica do Brasil são produzidos no Nordeste. A capacidade instalada na região já supera 20 GW, e, considerando só os projetos já outorgados pela Aneel, essa capacidade poderá duplicar até 2030.

Como se deu isso? Há muito tempo, o governo federal concede benefícios fiscais para que empresas se instalem no Nordeste, mas os resultados foram aquém do esperado. Mas no setor de eletricidade limpa, o Nordeste oferece vantagens comparativas excepcionais. Ele é varrido pelos melhores ventos do Brasil. Ventos persistentes, pouco turbulentos, e de direção pouco variável. Tem também insolação forte e pouco variável com as estações, dada a sua proximidade da linha do equador. Neste século, o BNDES destinou R\$ 31 bilhões ao financiamento de energia limpa, e a maior demanda foi naturalmente para o Nordeste, não só pelas mencionadas vantagens comparativas, mas também por causa de benefícios fiscais para empresas que se instalam na região.

O Nordeste tem potencial de sobra para gerar toda a eletricidade limpa requerida para a transição energética brasileira. Mas isso não é desejável, pois é recomendável que a produção de eletricidade no Brasil esteja mais próxima dos centros de consumo. Os ventos no Brasil são fracos nas regiões que têm montanhas costeiras, como a Serra do Mar, pois nossos ventos baixos vêm ao Atlântico e são barrados por elas. Mas o Rio Grande do Sul tem ventos tão bons, senão melhores, do que os do Nordeste. Se houvesse benefícios fiscais para instalação de usinas eólicas no RS, o estado se tornaria rapidamente uma potência no setor, capaz de abastecer a região Sul e ainda exportar energia para a Argentina.

A rapidez da nossa transição energética dependerá dos benefícios fiscais destinados à produção de energia limpa. O Brasil é pródigo na concessão de benefícios fiscais, mas alguns dos hoje praticados têm pouca eficácia. Seria ótima política reduzir os benefícios menos efetivos e destinar os recursos poupados à transição energética. Há também outras oportunidades a serem exploradas. Um programa brasileiro bem formulado, que dê segurança jurídica aos investidores, atrairia muito investimento de empresas estrangeiras. A questão é multifacetada. Eletricidade responde por 70% do custo de produção de alumínio e o Brasil é o terceiro país do mundo em reservas de bauxita, o melhor minério para produção de alumínio. Companhias estrangeiras poderiam ser convidadas a produzir no Brasil alumínio para exportação, usando eletricidade eólica e solar produzidas por elas mesmas.

Por razão não explicada, o BNDES concede poucos empréstimos a juros baixos para a instalação de usinas fotovoltaicas. É oportuno apontar que a eletricidade solar já é a mais barata que existe, e seu custo de produção continua caindo rapidamente. Com a desorganização econômica causada pela Covid-19, a queda do preço de venda das placas fotovoltaicas foi interrompida em 2022, mas esse foi um fenômeno pontual. A potência instalada de eletricidade solar no Brasil ultrapassou em 2022 a da eletricidade eólica, e ela será com certeza a energia limpa dominante no país. Todas as regiões brasileiras têm boa insolação.

Por falta de empréstimos a juros subsidiados, quase toda a eletricidade fotovoltaica brasileira vem de produção distribuída, produzida por milhões de pequenos produtores para consumo próprio. O excedente de produção durante o dia é injetado na rede, para uso noturno ou em dias de chuva. É importante que o BNDES destine mais recursos ao financiamento de usinas centralizadas de eletricidade solar. Todas as regiões se beneficiarão desses recursos, e em princípio já nos anos 2030 o Brasil poderá ter eletricidade limpa para atender toda a demanda. Essa demanda irá crescer muito, não só pelo crescimento econômico, mas também porque com a transição energética o mundo será movido por eletricidade, a forma de energia que pode ser usada com maior eficiência.

No cenário de eletricidade predominantemente solar e eólica, nossas usinas hidrelétricas poderão ser usadas como sistema estabilizador do equilíbrio entre oferta e demanda, equilíbrio desafiador porque a produção de energia solar e eólica é intermitente, com oscilações diárias e sazonais.

Hidrogênio verde

Muito se fala sobre o uso das energias solar e eólica para a produção de hidrogênio verde (H2V) por eletrólise da água. O hidrogênio é um vetor, um armazenador de energia de alta densidade. Sua produção consome muita energia, mas ele pode ser armazenado para gerar energia em outra ocasião ou em outro lugar. Atualmente, há grande produção de hidrogênio cinza, a partir de gás natural, por processos termoquímicos. A produção de hidrogênio por eletrólise da água – o verdadeiro H2V se a eletricidade for limpa – é atualmente muito cara, por isso ela responde por apenas 0,1% de todo o hidrogênio produzido no mundo. O consumo de eletricidade é muito alto na eletrólise, e os eletrolisadores são caros. Há previsões de que com a queda do custo da eletricidade limpa e dos eletrizadores, o H2V será economicamente viável na próxima década. A Europa é o principal interessado no H2V, pois as previsões são de que ela precisará muito dele para fazer sua transição energética. Por isso, tenta promovê-lo em outros países com maior capacidade de produção de eletricidade limpa barata. O Brasil, obviamente, é o principal alvo, e o canto da sereia tem seduzido muita gente. Fala-se muito nisso, no governo e na imprensa. Mas o Brasil precisa cuidar do presente e aguardar que a produção de H2 por eletrólise fique economicamente viável. Há ainda outros problemas a serem considerados. O transporte seguro do H2 é caríssimo, por isso ele é transportado na forma de amônia (NH3). Há custos elevados envolvidos na transformação de H2 em NH3 e na transformação reversa, além de perda considerável de parte da energia.

A prioridade do Brasil nos próximos anos não deve ser exportar energia, e sim usar eletricidade limpa para atender plenamente a demanda interna, que irá crescer muito se conseguirmos fazer o que deve ser feito. Temos de aumentar muito a nossa

produção industrial, principalmente a de produtos de alto valor agregado. Temos de produzir carros elétricos e gradualmente suprimir os de combustão interna. Na UE, a partir de 2035 só poderão ser registrados carros elétricos, conforme decisão do parlamento europeu [8]. Isso dá uma ideia da rapidez com que se dará a transição dessa indústria.

O mundo espera que grande parte do aumento da demanda global de alimentos seja atendida pelo Brasil. Para aumentar muito nossa produção agrícola sem derrubar florestas e cerrado, temos de criar avanços técnicos. Também temos de aumentar muito a irrigação das lavouras, que aumenta a produtividade e assegura a colheita. A irrigação consome muita energia.

Transformação digital

O mundo passa velozmente pela transformação digital (TD), uma das maiores revoluções da história. Essa transformação envolve ciência de dados (tratamento computacional de grande massa de dados, *big data* em Inglês), inteligência artificial (IA) e alto grau de robotização. Todo tipo de trabalho repetitivo será feito por robôs. A TD requer computadores de altíssimo desempenho e algoritmos diversos de IA, principalmente *machine learning* por meio de algoritmos de treinamento de computadores para aprender com os dados. A TD é um jogo medonho. Os países que forem bem sucedidos nela terão aumentos nunca antes vistos na produtividade, os muito mal sucedidos ficarão quase irremediavelmente para trás.

No horizonte de tempo previsível, o Brasil não tem nenhuma chance de ficar competitivo na TD. Para não ficar excessivamente distante dos líderes, o Brasil precisa criar recursos humanos abundantes para o setor – pesquisadores, engenheiros e técnicos – e preparar grande parte da população para atuar no mundo digital. Felizmente, as pessoas estão ávidas para isso; a IA exerce enorme atração sobre elas e tecnologia para elas significa digitalização e conectividade. Temos também de investir fortemente em computadores de alto desempenho. Estamos muito defasados nesse campo. Nos EUA, UE e principalmente China, os investimentos são muito altos, e o porte dos computadores já em uso ou projetados é estarrecedor.

A TD terá – isso já está ocorrendo – enorme efeito no mercado de trabalho. Os robôs serão os operários do chão de fábrica, os veículos serão autônomos, os trabalhos de escritório, em todos os setores, serão realizados em grande parte por sistemas de IA. O mundo dependerá cada vez menos do trabalho humano. Isso irá requerer inteira reorganização das sociedades e da forma como as pessoas usam o seu tempo. Ninguém terá de trabalhar muito tempo para garantir sua sobrevivência. Isso já vem ocorrendo desde o início da Revolução Industrial. Na Inglaterra, os operários de fábrica trabalhavam 70 horas por semana, mesmo as crianças. Hoje, a jornada de trabalho na UE varia de 29 a 36 horas por semana, realizada em cinco dias. No Reino Unido, desde o ano passado, uma experiência de quatro dias de trabalho por semana vem sendo testada, com muito sucesso.

No Brasil, essa transformação na jornada de trabalho, e no tipo de trabalho realizado, exigirá intenso esforço de educação do seu povo. Educação de qualidade, includente e voltada para o novo mundo que está surgindo, esse é nosso maior desafio. Há longo tempo, o Brasil consome muita energia na discussão do dilema entre educação includente e educação de qualidade, e não evolui em inclusão nem em qualidade. A discussão tem de se encerrar, pois o dilema é falso: em educação, só a

excelência é suficiente, por isso precisamos ter educação incluyente e de qualidade. O esforço para isso será muito grande, mas educação é o investimento de maior retorno que uma sociedade pode fazer. Se quisermos ser um país desenvolvido e menos desigual, temos de vencer essa batalha.

Referências

[1] Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Benedict Anderson. Companhia das Letras (2020). Tradução do original *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism* (1991).

[2] <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-brasileira-cresceu-50-vezes-desde-1822-diz-especialista/>

[3] Subsídios para a reforma do ensino superior. <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-29.pdf>.

[4] <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/gini-coefficient-by-country.77>

[5] <https://exame.com/esferabrasil/novo-arcahouco-fiscal-pode-trazer-retorno-rapido-e-positivo-no-mercado/>

[6] <https://www.bankinter.com/blog/lo-ultimo/quien-es-el-mejor-banquero-central-del-mundo-y-que-ha-hecho-para-merecer-esta-distincion>.

[7] <https://www.ocafezinho.com/2020/07/31/brasil-e-o-pais-com-a-menor-poupanca-da-america-latina/>.

[8] [https://www.reuters.com/business/autos-transportation/eu-lawmakers-approve-effective-2035-ban-new-fossil-fuel-cars-2023-02-14/#:~:text=BRUSSELS%2C%20Feb%202014%20\(Reuters\),vehicles%20and%2](https://www.reuters.com/business/autos-transportation/eu-lawmakers-approve-effective-2035-ban-new-fossil-fuel-cars-2023-02-14/#:~:text=BRUSSELS%2C%20Feb%202014%20(Reuters),vehicles%20and%2)

Em 2020, o orçamento da Câmara e do Senado brasileiros somaram US\$ 2,98 bilhões - ou 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Nos Estados Unidos, o valor total chegou a US\$ 4,73 bilhões, o que representa apenas 0,02% de tudo que o país produziu naquele ano. O terceiro lugar em gastos totais ficou com o Japão (US\$ 1,12 bilhão, ou 0,02% do PIB), seguido pela Argentina (US\$ 1,1 bilhão). 1- <https://exame.com/brasil/cada-parlamentar-brasileiro-custa-us-5-milhoes-por-ano/>.

